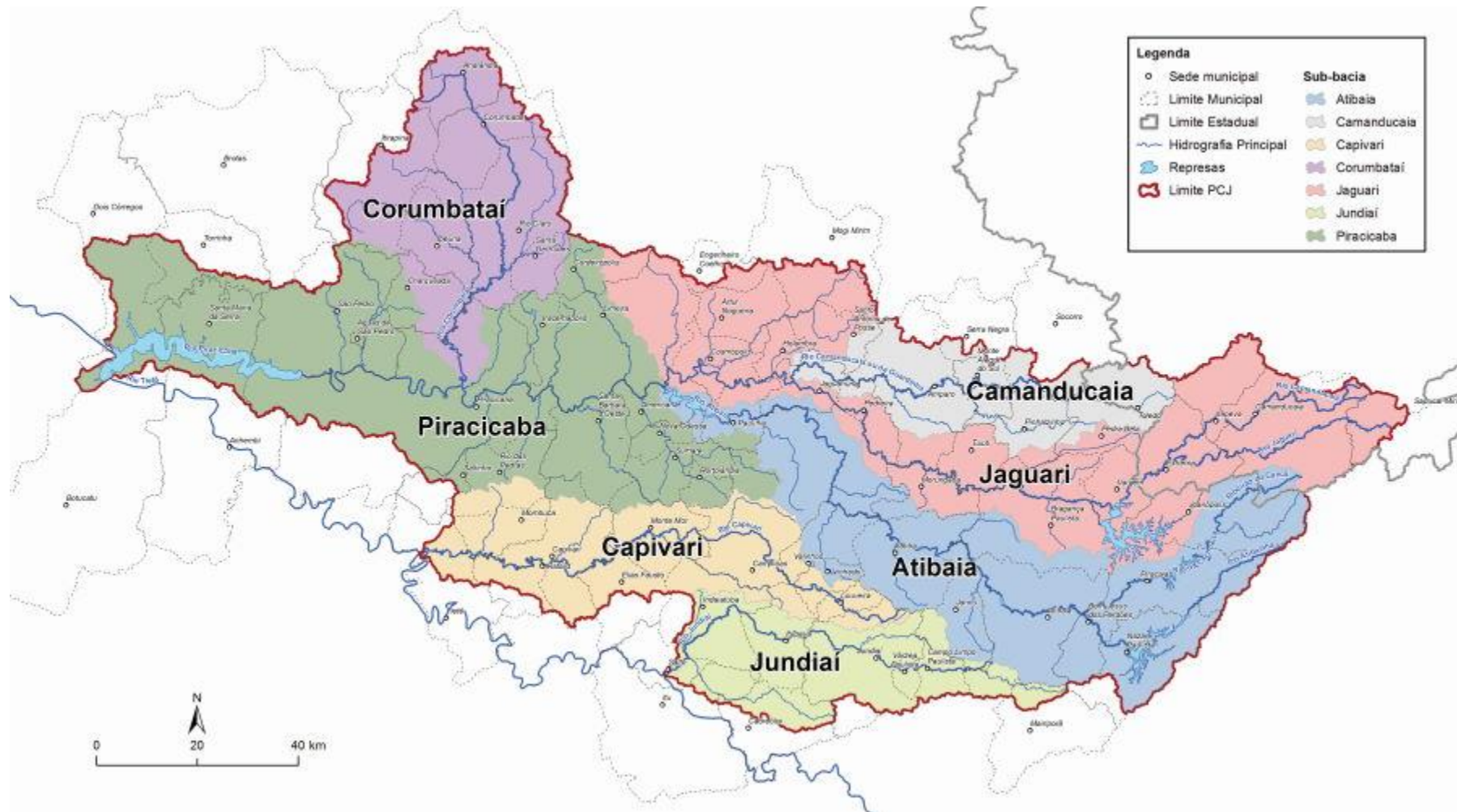


VI Seminário de Áreas Protegidas das Bacias PCJ

Campinas, 17 de outubro de 2025



LOCALIZAÇÃO DAS BACIAS PCJ



O PLANO DAS BACIAS PCJ 2020 A 2035

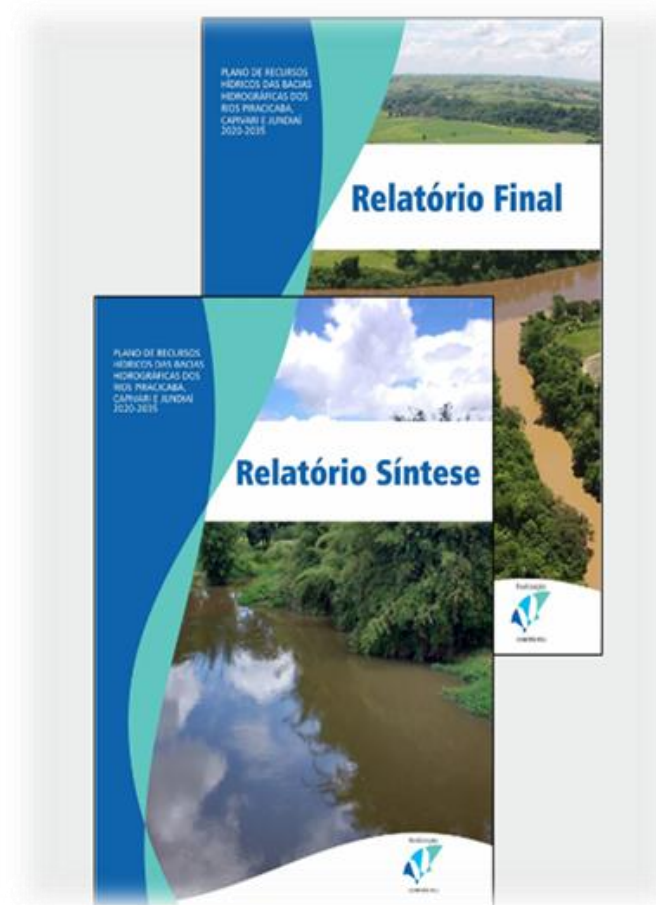
Instrumento da Política Nacional dos Recursos Hídricos (PNRH) (Lei n.º 9.433/97), e legislações de recursos hídricos dos estados dos quais fazem parte a região das Bacias PCJ: São Paulo (Lei n.º 7.663/91) e Minas Gerais (Lei n.º 13.199/99).

Visa fundamentar e orientar a implementação da PNRH e o gerenciamento dos recursos hídricos.

Horizonte de planejamento de longo prazo.

Constituído por: Diagnóstico, Prognóstico e Plano de Ações.

Em 2020, os Comitês PCJ aprovaram, por meio da [Deliberação nº 332/2020](#), o [Plano das Bacias](#) PCJ 2020-2035.



PLANO

CADERNOS TEMÁTICOS



Caderno Temático de Conservação e Uso do Solo e da Água no Meio Rural e Recomposição Florestal – CRF

[Acesso ao CRF](#)

Agência das Bacias PCJ

AGÊNCIA

A Agência das Bacias PCJ é o **braço executivo** dos **Comitês PCJ**.

Responsável pelo desenvolvimento dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ e o **gerenciamento dos recursos financeiros arrecadados** (Cobrança PCJ Federal, Cobrança PCJ Paulista e CFURH - Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica).

É uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com estrutura administrativa e financeira próprias.

Para saber mais, acesse o link de nosso site:

<https://agencia.baciaspcj.org.br/institucional/>

HOME INSTITUCIONAL BACIAS PCJ INSTRUMENTOS DE GESTÃO IMPRENSA TRANSPARÊNCIA BASE LEGAL

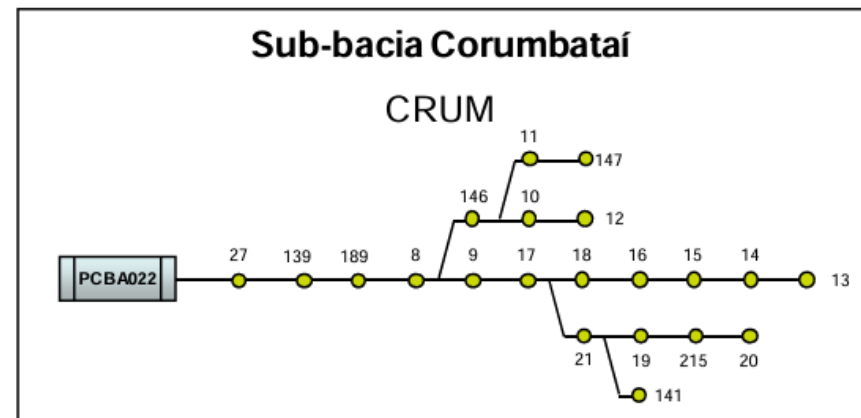
INSTITUCIONAL

| Sobre a Agência das Bacias PCJ

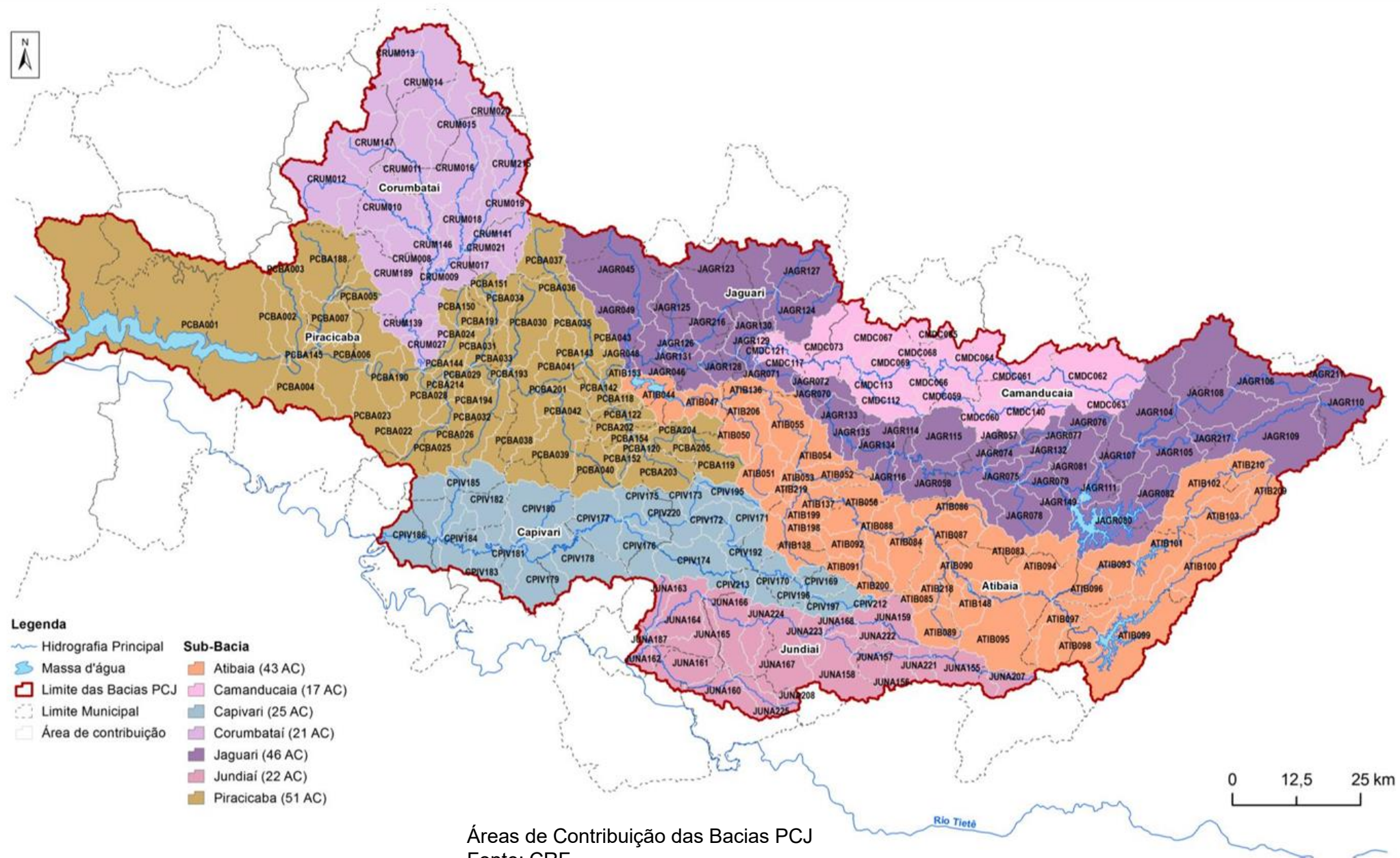
A Agência das Bacias PCJ é o braço executivo dos Comitês PCJ, sendo responsável pelo desenvolvimento dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ e o gerenciamento dos recursos financeiros arrecadados tanto com a cobrança pelo uso das águas nos rios de domínio da União, quanto nos rios de domínio do estado de São Paulo, bem como dos recursos da Compensação Financeira/Royalties do setor hidroelétrico. É uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com estrutura administrativa e financeira próprias. Para mais informações, acesse o [relatório Agência das Bacias PCJ, 10 anos de história](#).

ÁREAS DE CONTRIBUIÇÃO (AC's)

- ✓ Agrupamento das áreas de drenagem Ottocodificadas (ANA) que delimitam trechos da rede hídrica superficial;
- ✓ Cada AC corresponde a um trecho específico de curso d'água, associado à respectiva área de drenagem;
- ✓ Utilizadas para a modelagem (importância para a gestão dos recursos hídricos, potencialidades, problemas, conflitos, vazão disponível na seção de controle $Q_{7,10}$, situação de balanço hídrico e de qualidade);
- ✓ **Bacias PCJ: 225 ACs.**



Relação das Áreas de Contribuição: sub-bacia do rio Corumbataí



PRIORIZAÇÃO PLANO DE BACIAS PCJ – CRF:

Temas estratégicos:

Conservação:

- Situação das nascentes;
- Déficit de mata ciliar;
- Áreas de recarga;
- Demanda florestal;
- Unidades de Conservação;
- APP cursos d'água.

➔ **Mapas Síntese**

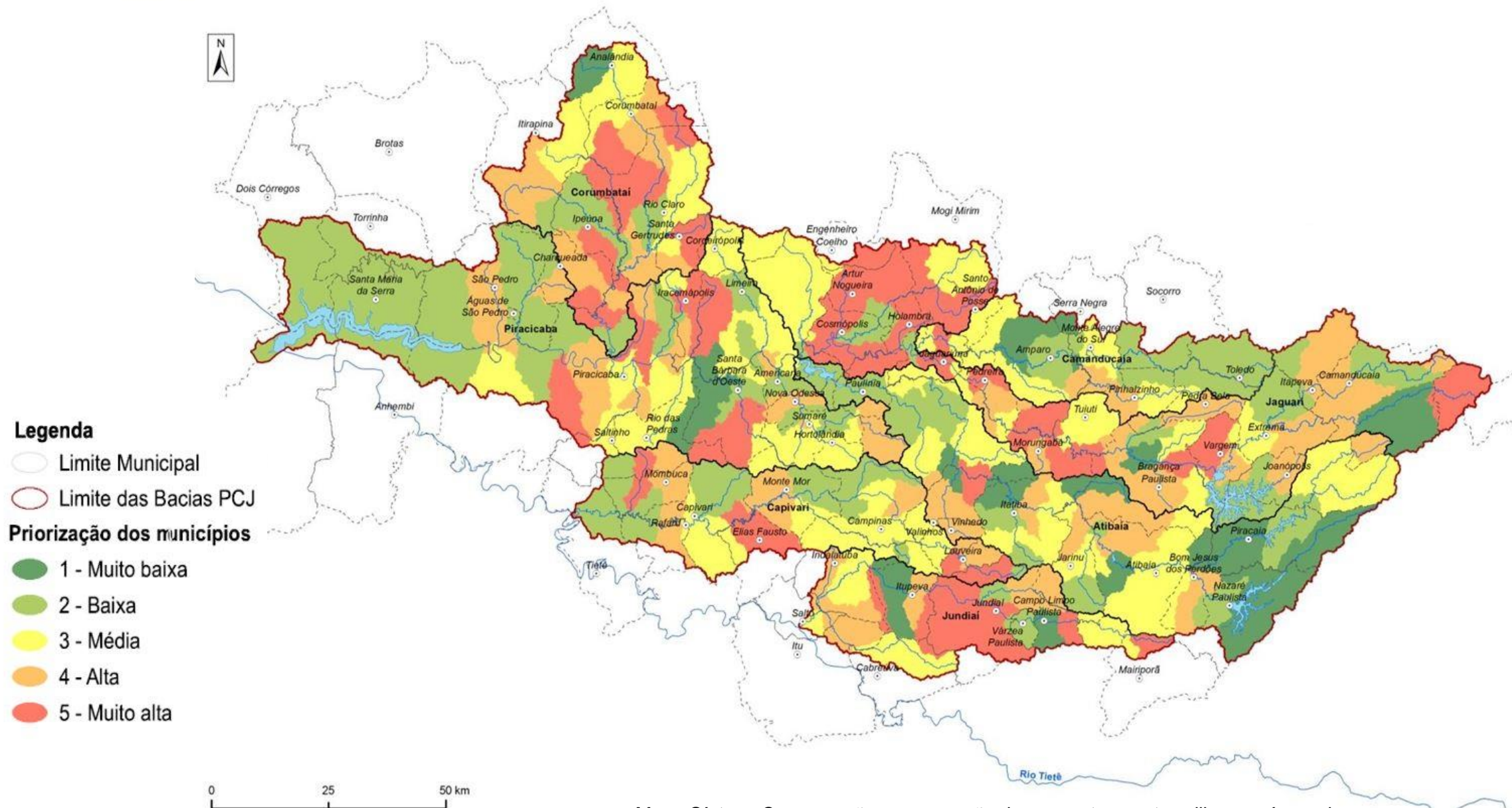
Mapas síntese

Hierarquização
das 225 Áreas de
Contribuição

Classificação das
ACs em 5 Classes
de criticidade

Muito Alta	5
Alta	4
Média	3
Baixa	2
Muito Baixa	1

Subsídios à
hierarquização das
ações e programas



Priorização de ações

Ação	Prioridade
1.1.1 - Desenvolvimento e monitoramento da implementação dos PIPs	Muito Alta
1.2.1 - Promoção da conservação e recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga	Muito Alta
1.2.2 - Promoção do isolamento de fatores de degradação em matas ciliares e áreas de recarga	Muito Alta
1.2.3 - Incentivo à proteção das áreas sujeitas à restrição de uso	Média
1.2.4 - Fomento à elaboração de planos integrados de recomposição florestal e proteção dos biomas Mata Atlântica e Cerrado	Média
1.2.5 - Estabilização de voçorocas nas propriedades que receberão projetos de recomposição florestal (fonte: PDRF)	Média
1.2.6 - Aplicação de técnicas de conservação do solo em propriedades que receberão os projetos de recomposição florestal (fonte: PDRF)	Média
1.2.7 - Planejamento, realização de ações e eventos de educação ambiental relativas aos recursos hídricos em áreas protegidas	Média
1.3.1 - Implementação de projetos de PSA	Muito Alta
2.1.1 - Execução de intervenções de conservação de solo	Alta
2.1.2 - Elaboração de um Plano de Contingência para intervenções nas microbacias de maior criticidade em casos de conflitos pelo uso da água durante períodos de escassez	Baixa
2.2.1 - Estudo para elaboração de proposta metodológica para zoneamento hidroagrícola	Baixa
2.2.2 - Elaboração do zoneamento Hidroagrícola das Bacias PCJ	Baixa
3.1.1 - Substituição de sistemas rudimentares de tratamento de esgoto (fossa negra) por sistemas mais eficientes	Alta
3.1.2 - Fomento a Planos Municipais de Saneamento Rural	Alta
3.1.3 - Adequação de instalações para disposição temporária para recolhimento de resíduos	Muito Baixa

Política de Mananciais PCJ



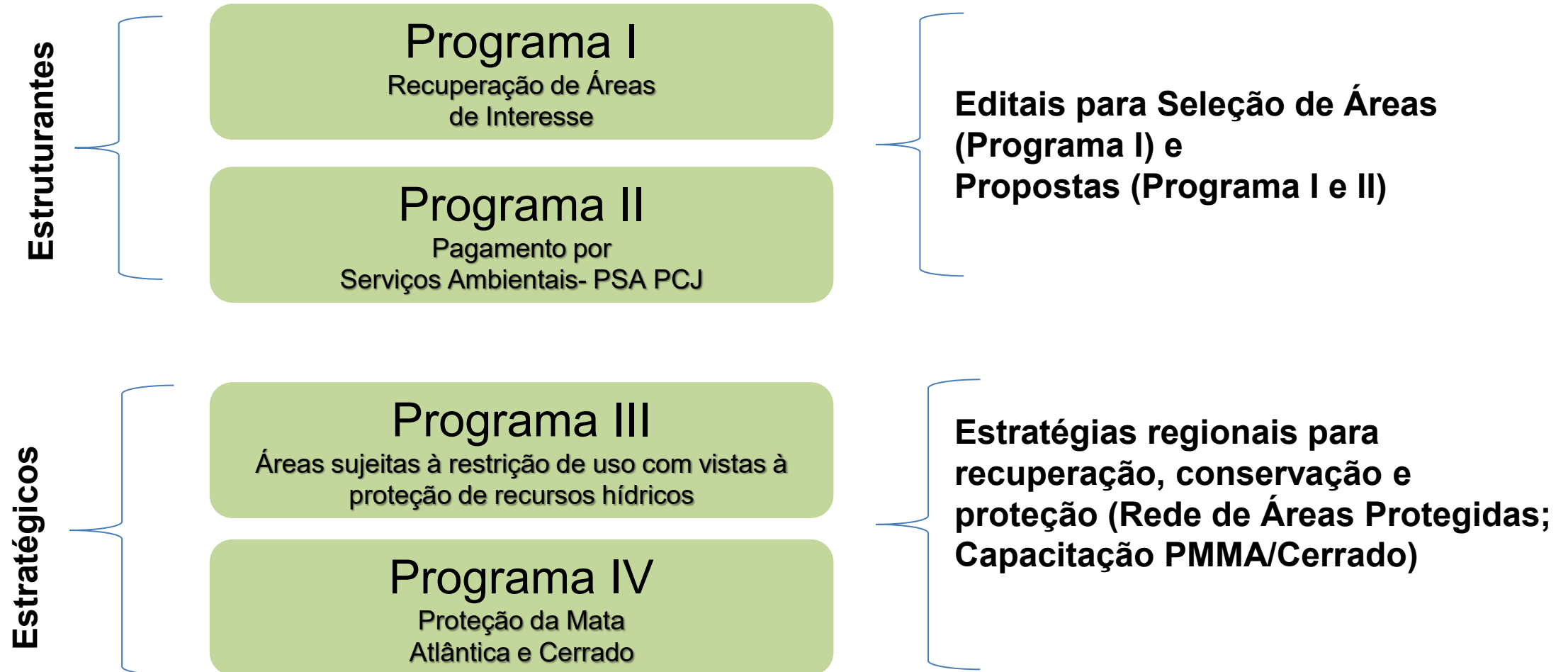
Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais no âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ - Política de Mananciais PCJ

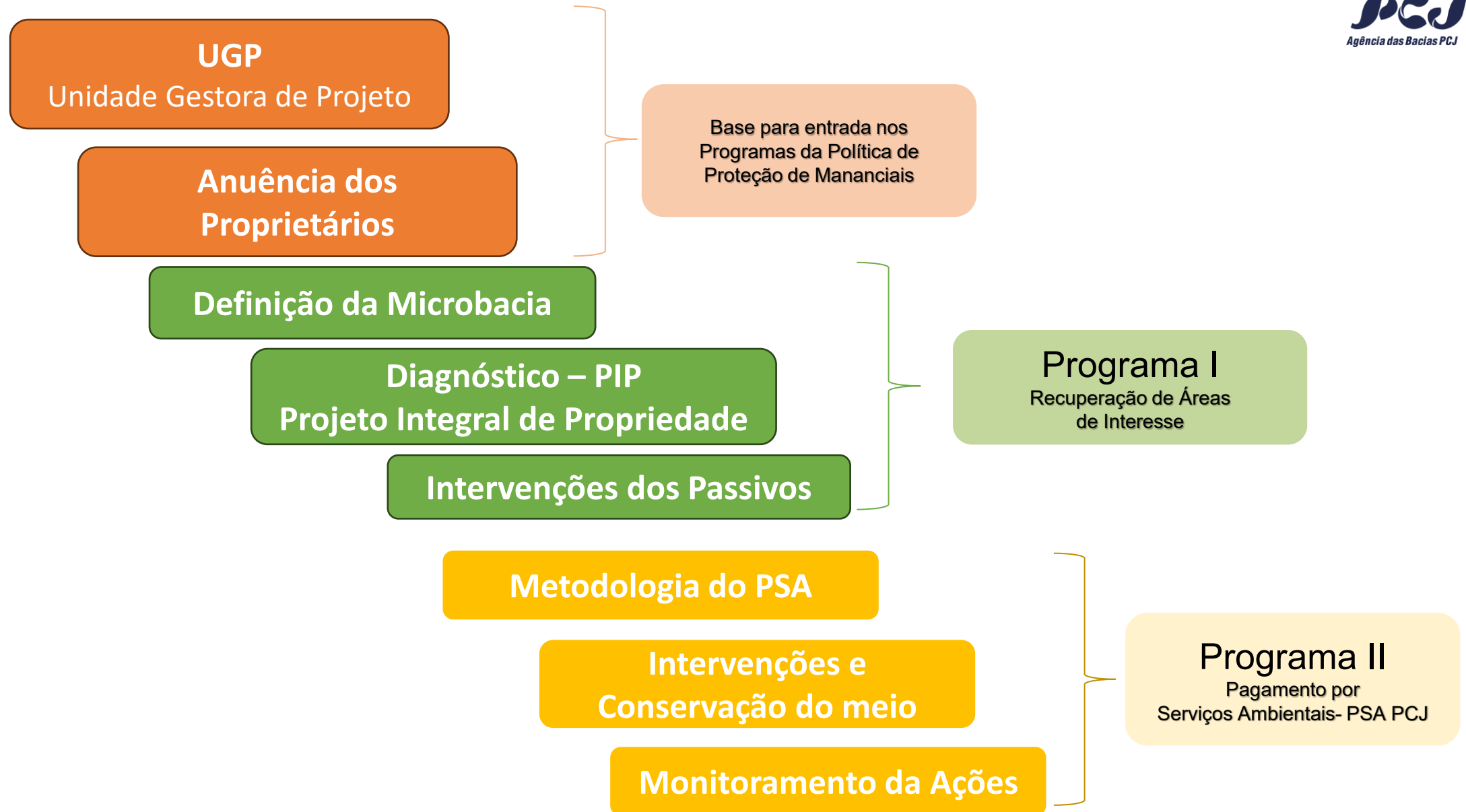
Deliberação dos Comitês PCJ nº 307/2018

- Instrumento de planejamento e execução de adequação ambiental;
- Premissas: conservação das águas, recuperação e conservação do solo e da vegetação nativa na área que compreende as Bacias PCJ.

POLÍTICA

POLÍTICA DE MANANCIAIS - Estrutura





Áreas de Interesse

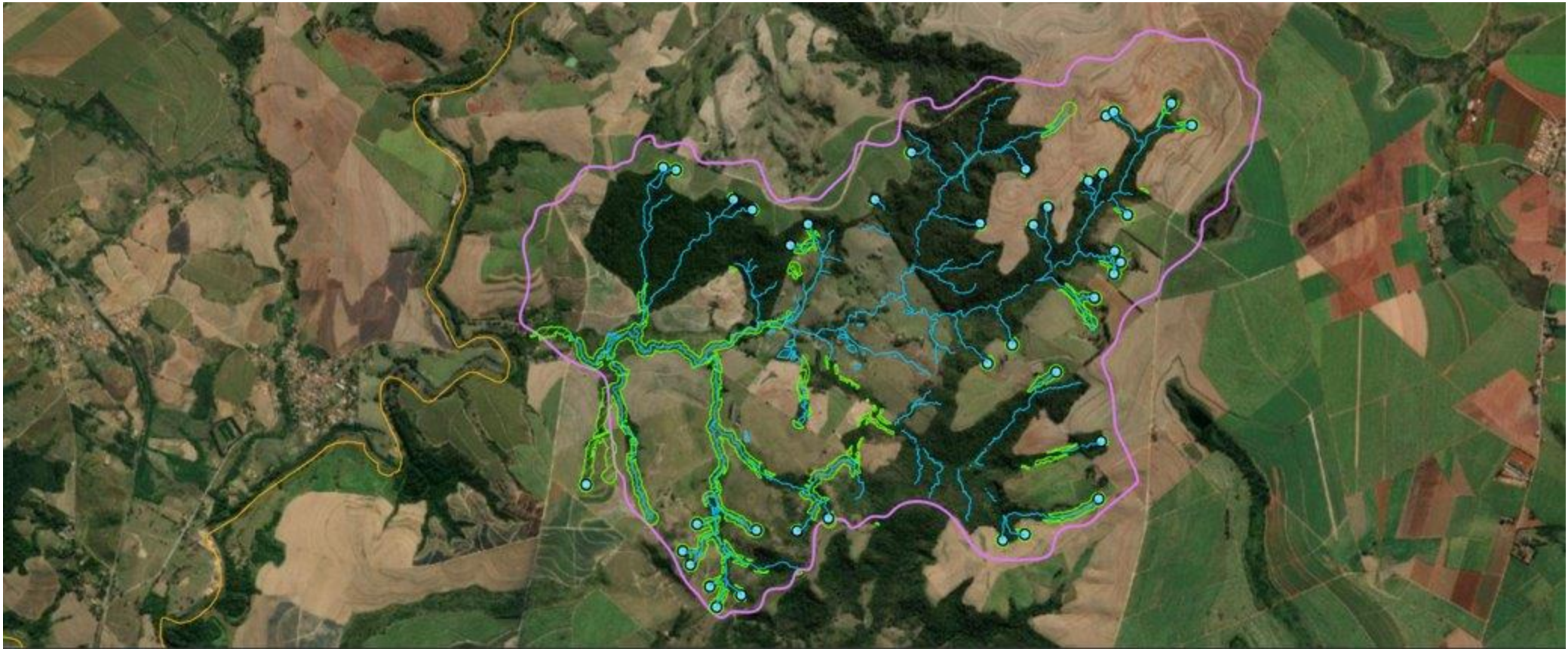
Microbacias prioritárias para os municípios, visando a manutenção do suprimento hídrico, como as regiões em que estão localizadas as captações de água para abastecimento público – **Mananciais**

"Área escopo do pleito"

Áreas de Interesse



Microbacia



Ações financiáveis

Programa da Política de Mananciais PCJ	Ações financiáveis
Programa I (Recuperação, Conservação e Proteção Ambiental em Áreas de Interesse)	<p>Unidade Coordenadora de Execução – UCE Prospeção;</p> <p>Projetos Integrais de Propriedade – PIPs;</p> <p>Intervenções de Restauração ecológica, incluindo intervenções visando reflorestamento, cercamento para isolamento dos fatores de degradação, controle de erosões necessárias ao reflorestamento;</p> <p>Intervenções de saneamento rural (adequação de sistemas rudimentares);</p>
Programa II (Pagamento por Serviços Ambientais)	<p>Incentivo econômico a proprietários rurais geradores de serviços ambientais vinculados a um Programa de PSA municipal;</p> <p>Intervenções de Restauração ecológica, incluindo intervenções visando reflorestamento, cercamento para isolamento dos fatores de degradação, controle de erosões necessárias ao reflorestamento, previstas no Programa de PSA municipal;</p> <p>Intervenções de saneamento rural (adequação de sistemas rudimentares), previstas no Programa de PSA municipal;</p> <p>Unidade Coordenadora de Execução – UCE Monitoramento das ações.</p>

Projeto Integral de Propriedade - PIP



4.2. Uso da Terra na propriedade

A propriedade Fazenda Pedra Branca possui como atividade principal a silvicultura, e o cultivo do eucalipto é arrendado por empresa de papel e celulose da região (International Paper).

Além da silvicultura, a propriedade possui área de pastagem e mantém como atividade pecuária o rotacionamento do gado nas áreas de pastagem.

Como outras ocupações, existe uma cerâmica e uma serraria na área da propriedade. O Quadro 2 a seguir apresenta os quantitativos de áreas do uso da terra na propriedade:

Quadro 2 - Uso e Ocupação da Terra

2. USO DA TERRA			
EXPLORAÇÃO/PRODUÇÃO			
Agrossilvopastoril	Área (ha)	Área (%)	Produtividade
Silvicultura	119,897	37,78	36,78 m³/ha/ano (base out/19)¹
Pastagem	131,404	41,40	Entre 80 a 200 cabeças de gado (varia conforme a época do ano)
Total	251,301	79,18	
OUTROS USOS/OCUPAÇÕES			
Usos/ocupações	Área (ha)	Área (%)	Observações
Cerâmica	0,3611	0,11	N/A
Serraria	0,68	0,21	N/A
Total	1,04	0,32	

¹ Segundo informado pelo proprietário, esses dados são do último relatório da arrendatária

Durante entrevista, o proprietário informou que produz cana-de-açúcar e capim naple na área de Pastagem, porém não tem o quantitativo da produtividade.



a) Curso d'água 1



b) Curso d'água 1



c) Pisoteio animal no curso d'água

2.5.1 Diagnóstico do curso d'água existente na propriedade

De acordo com os dados fornecidos no CAR, obtidos em campo e confrontados com as Cartas Topográficas do IGC na escala 1:10.000, a propriedade possui um curso d'água afluente do Ribeirão do Tabajara, conforme apresenta a Figura 7.

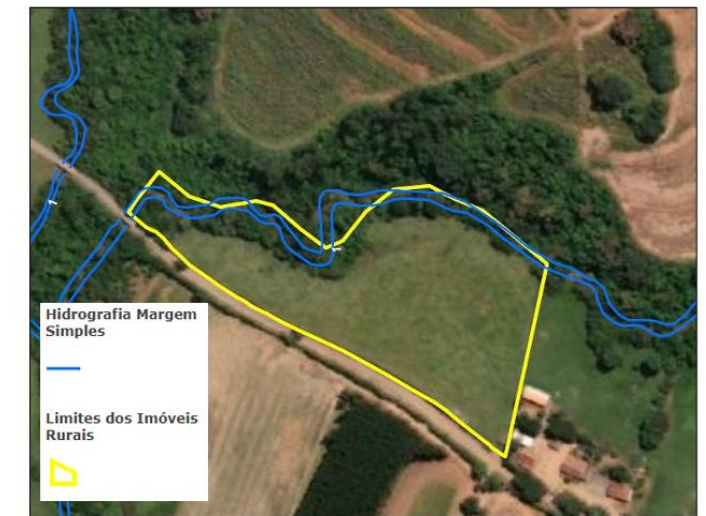
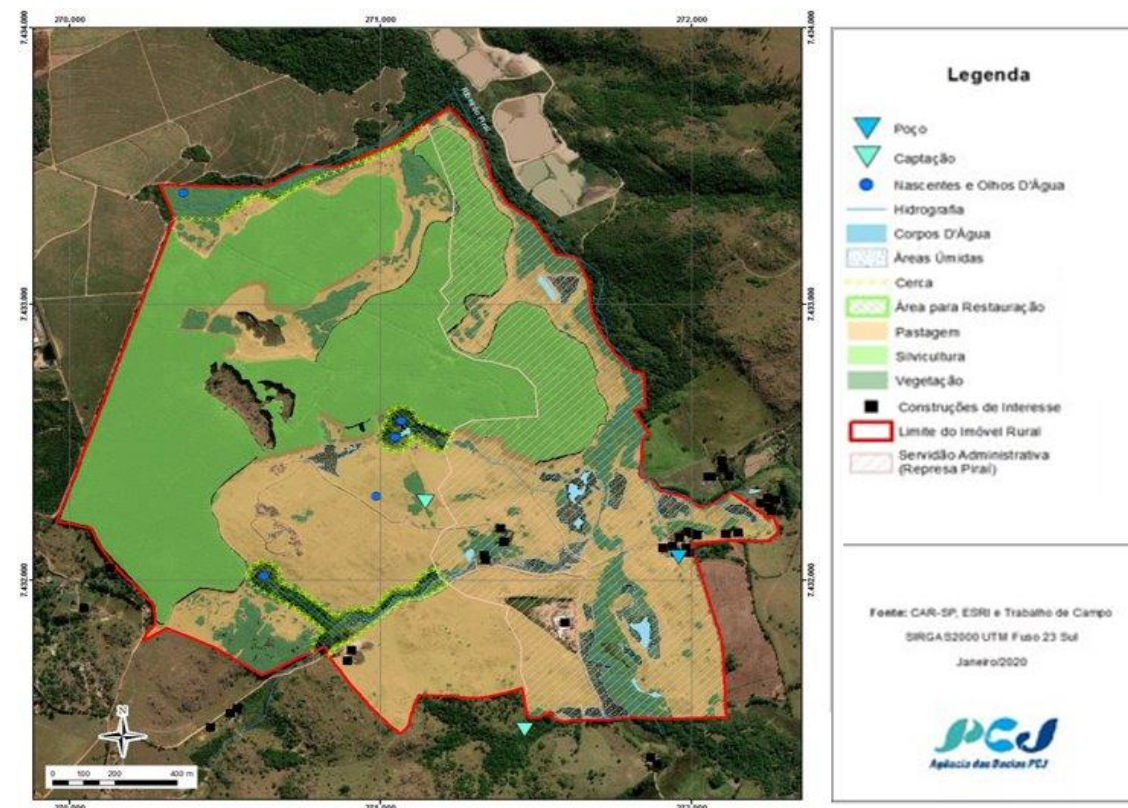
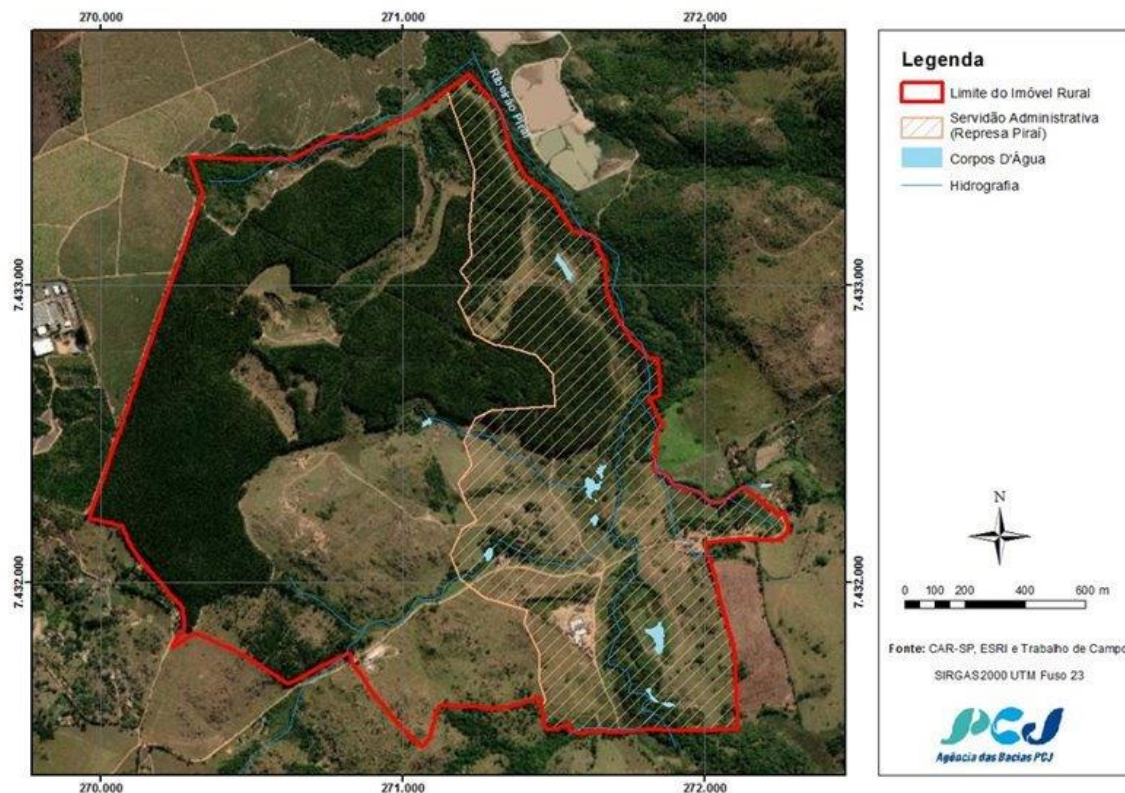


Figura 7 Localização do curso d'água na propriedade.

O curso d'água 1, que margeia a propriedade, possui caráter perene e drenagem encaixada. Sua faixa marginal é ocupada por faixa de vegetação composta por aglomerado de árvores isoladas e pastagem. Foi observado processo erosivo próximo ao curso d'água.

PIP: Situação atual x situação planejada da propriedade



Ações de Proteção de Mananciais

Programa I: Recuperação, Conservação e Proteção Ambiental em Áreas de Interesse

UCE Prospeção

6 Microbacias

Projeto Integral

542 PIPs

Restauração Florestal

367.466 Mudas

Cercas

76.149 Metros

Saneamento Rural

225 Biodigestores

Programa II: Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)

Restauração Florestal

42.000 Mudas

Cercas

3.250 Metros

Saneamento Rural

14 Biodigestores

UCE Monitoramento

46 Propriedades

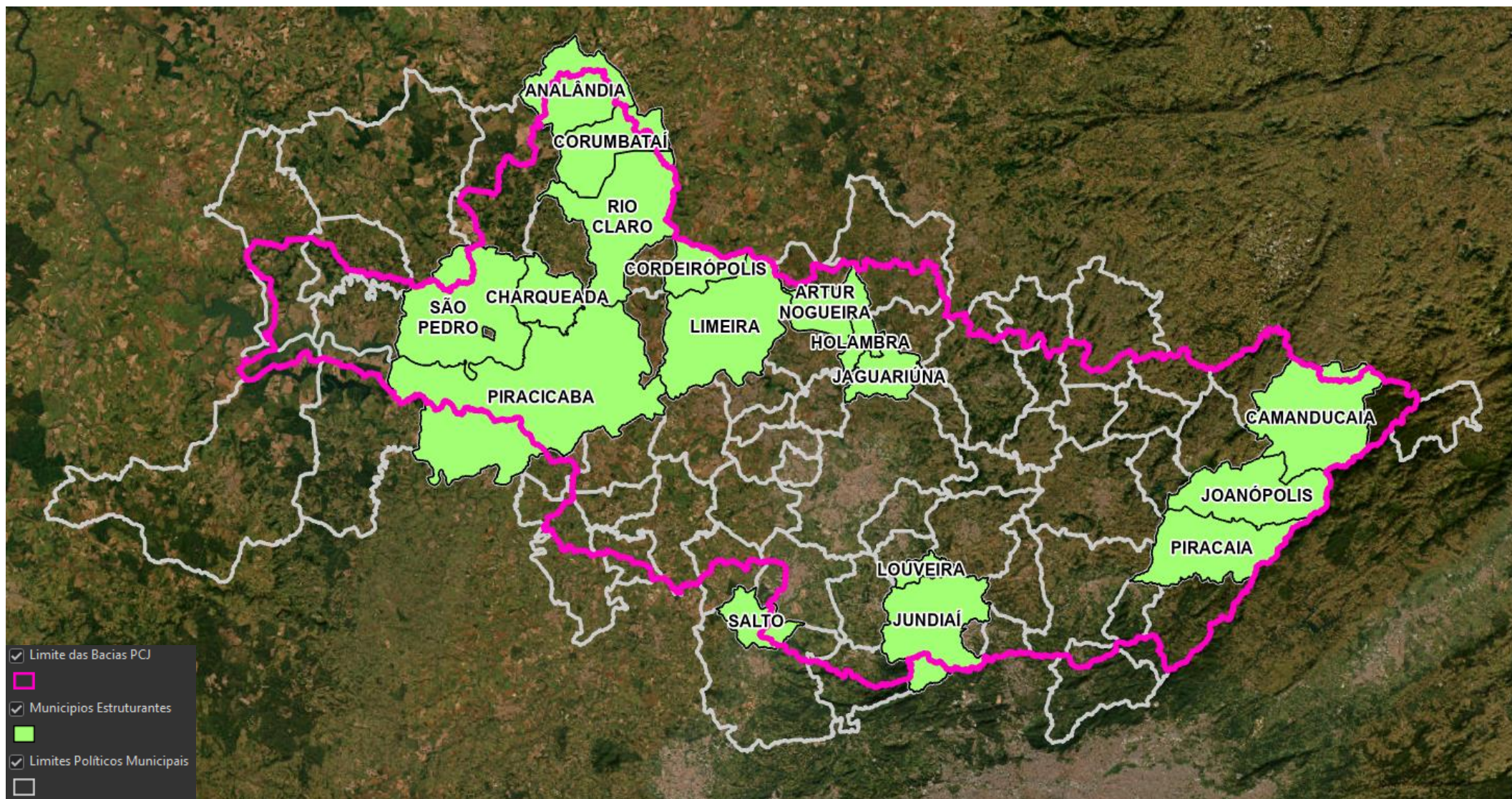
Incentivo Econômico

89 Proprietários

Valores investidos em ações de proteção de mananciais nas Bacias PCJ

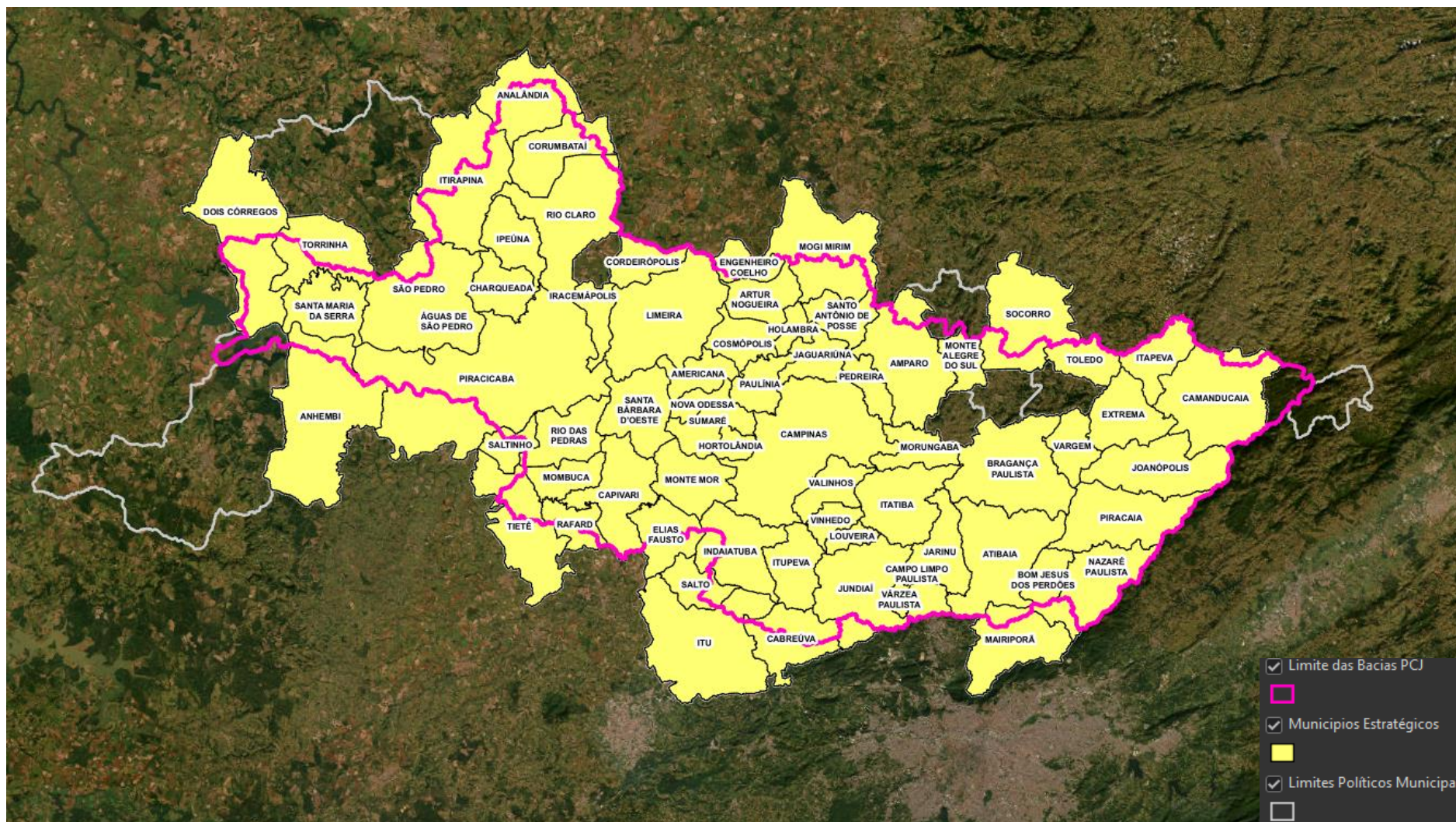


Ações estruturantes (17 municípios atendidos):



Ações estratégicas:

48 municípios: PMMA
58 municípios: PDRF



Ações em andamento

Programa	Ações	Municípios
Programa I	UCE Prospeção	Piracicaba, Cordeirópolis, Corumbataí, Jundiaí, Sistema Cantareira
	PIPs	Artur Nogueira, Jaguariúna, Charqueada, Rio Claro
	Restauração	Analândia, Charqueada
	Cercamento	Charqueada
	Saneamento rural	Charqueada, Analândia, Camanducaia
Programa II	Restauração	Piracicaba
	Saneamento rural	Piracicaba
	Incentivo Econômico	Limeira, Louveira, Joanópolis, Piracaia
	UCE Monitoramento	Piracaia

Elaboração de PIPs

- ✓ Artur Nogueira: 37 propriedades = 548,16 ha;
- ✓ Jaguariúna: 17 propriedades = 422,97 ha;
- ✓ Charqueada: 48 propriedades = 1.520,99 ha;
- ✓ Rio Claro: 143 propriedades = 4.266,08 ha.



PIRACICABA/SP

- ✓ 11 propriedades
- ✓ 21 hectares de restauração
- ✓ 3.273 metros de cerca
- ✓ Investimento de R\$ 449.999,53



CHARQUEADA/SP

- ✓ 15 propriedades
- ✓ 17 biodigestores instalados
- ✓ 25.740 metros de cerca
- ✓ Investimento total de R\$ 755.000,00



Processo de revisão da Política de Mananciais



Obrigado!

Assessoria Ambiental
manancial@agencia.baciaspcj.org.br

